

## Governo deverá cumprir teto de gasto sem dificuldades

Por Ribamar Oliveira | De Brasília



Mansueto: gasto menor em 2018 por causa de "empoçamento" e "estimativas a maior".

Em seu primeiro ano de governo, o presidente Jair Bolsonaro não terá dificuldade em cumprir o teto de gastos, ao contrário das previsões feitas por analistas do mercado e por técnicos do próprio governo no ano passado. A despesa total da União em 2019 poderá crescer 6,4%, bem acima do centro da meta de inflação, que é de 4,25%.

Há espaço, portanto, para aumento real da despesa neste ano. A margem adicional para o crescimento do gasto será de R\$ 26 bilhões. Com isso, a despesa total em 2019 poderá ser R\$ 85 bilhões maior do que em 2018, e não de R\$ 59 bilhões como estava projetada inicialmente.

A folga no teto deste ano é explicada porque o governo do ex-presidente Michel Temer gastou bem menos em 2018 do que o limite de

despesa permitido pela emenda constitucional 95/2016, que era de R\$ 1,348 trilhão. O governo Temer gastou apenas R\$ 1,288 trilhão, de acordo com o resultado do Tesouro Nacional de dezembro, divulgado na semana passada.

Houve, portanto, "folga" de R\$ 60 bilhões (R\$ 1,348 trilhão menos R\$ 1,288 trilhão). Como o teto para 2019 foi fixado em R\$ 1,407 trilhão, há uma margem de R\$ 119 bilhões para o gasto neste ano (R\$ 1,407 trilhão menos R\$ 1,288 trilhão).

Da "folga" de R\$ 60 bilhões, apenas R\$ 26 bilhões representam um alívio efetivo para a administração orçamentária de Bolsonaro em 2019. Uma mudança recente feita pelo governo Temer na sistemática das Ordens Bancárias (OBs) emitidas pelo Tesouro Nacional transferiu R\$ 34 bilhões em despesas que seriam contabilizadas no teto do ano passado para o deste ano.

Para fins de apuração do teto de gastos, o conceito adotado pela emenda constitucional 95/2016 é de despesa paga. Para cumprir o preceito constitucional, o governo adotou a ótica do "valor pago", que significa que o pagamento ocorre na data em que o ordenador da despesa emite a OB a favor do credor, contra a Conta Única do Tesouro.

Dependendo da natureza da OB,

ela pode ser processada no sistema de pagamentos em D+0 e D+1. D+0 significa que o saque ocorre no mesmo dia em que a ordem foi emitida. D+1 significa que o saque ocorre no dia seguinte.

Até 2017, uma série de despesas que tinham OBs geradas no último dia útil do ano, principalmente pagamento de benefícios previdenciários e de pessoal, eram pagas no exercício seguinte. Ou seja, embora as OBs fossem emitidas no ano corrente, o impacto no caixa do Tesouro só ocorria no ano seguinte, afetando o resultado primário.

A sistemática foi alterada e, a partir de agora, todas as OBs serão D+0, com o saque dos recursos sendo feito no mesmo dia em que a ordem for emitida. Por causa da mudança, OBs no montante de R\$ 34 bilhões deixaram de ser emitidas no fim do ano passado e serão emitidas neste ano. Dos R\$ 34 bilhões, R\$ 16,8 bilhões são referentes a benefícios previdenciários, e R\$ 15,9 bilhões, a despesa com pessoal. A mudança não abre espaço no teto de gastos para a realização de novas despesas.

Efetivamente, o governo gastou R\$ 26 bilhões (R\$ 60 bilhões menos R\$ 34 bilhões) abaixo do limite de despesa fixado para 2018 por causa do "empoçamento" de recursos e "de estimativas a maior de despesas", segundo informou, em entrevista





coletiva na semana passada, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida. O "empenhamento" ocorre quando o Tesouro libera os recursos, mas o ministério beneficiado não consegue, por alguma razão, realizar o pagamento da obra ou do serviço.

Dos R\$ 26 bilhões, apenas R\$ 7,7 bilhões deveram-se ao "empenhamento". Em 2017, o "empenhamento" atingiu R\$ 16,9 bilhões. A principal explicação para o gasto menor em 2018 foram estimativas exageradas para algumas despesas. A lei orçamentária previa um gasto de R\$ R\$ 596,3 bilhões com benefícios previdenciários, mas a despesa ficou em R\$ 586,4 bilhões - quase R\$ 10 bilhões a menos.

O gasto com abono salarial e seguro-desemprego, orçado em R\$ 62,6 bilhões, ficou em R\$ 53,6 bilhões - R\$ 9 bilhões a menos. A mesma coisa ocorreu com a despesa com subsídios e subvenções, orçada em R\$ 20,3 bilhões, mas que ficou em R\$ 15,3 bilhões.